

**INFORMAÇÃO SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DE ESPAÇOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

1. Identidade e contactos do responsável pelo tratamento

O responsável pelo tratamento é a SCML, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, com o número de pessoa coletiva 500 745 471 e sede no Largo Trindade Coelho, 1200-470 LISBOA, que irá tratar os dados pessoais em cumprimento do disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), bem como da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e demais legislação aplicável neste âmbito e, em conformidade com a Política de Privacidade da SCML disponível em www.scml.pt.

2. Finalidades e fundamentos de licitude do tratamento

Os dados pessoais tratados serão os estritamente necessários para efeitos de operacionalização do previsto no Regulamento de Cedência Temporária de Espaços da SCML.

As bases de licitude para o tratamento dos dados pessoais decorrem de diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados, bem como da execução do contrato.

Com base no consentimento livre, específico, informado e inequívoco, prestado pelo titular dos dados estes poderão, também, ser tratados para as seguintes finalidades:

- Envio de comunicações informativas e de *marketing* que sejam consideradas relevantes para a promoção dos serviços prestados pela SCML.
- Efeitos de realização de inquéritos de satisfação/opinião, para nos ajudar a melhorar a qualidade dos serviços prestados, sempre que a realização dos mesmos não tenha como fundamento outra base de licitude (como, por exemplo, a prossecução de um interesse legítimo da SCML, no âmbito de uma relação previamente estabelecida com o/a titular dos dados).

3. Destinatários dos dados pessoais

A SCML é o principal destinatário dos dados pessoais tratados neste âmbito, sem prejuízo da possibilidade de transmissão dos mesmos a outras entidades ou subcontratantes, para efeitos do cumprimento de obrigações legais às quais a SCML está sujeita, para prossecução de um interesse legítimo ou para fins estatísticos, comprometendo-se a SCML a tomar as medidas técnicas e organizativas adequadas à proteção dos dados pessoais, sendo que no caso do tratamento em subcontratação o mesmo é regulado por contrato ou outro ato normativo que vincule o subcontratante ao responsável pelo tratamento. Sempre que possível, a transmissão dos dados pessoais a outras entidades será efetuada com recurso a dados anonimizados.

4. Prazos de conservação dos dados pessoais

Os dados pessoais a tratar serão conservados pela SCML no estrito cumprimento da legislação aplicável, sendo armazenados em sistemas de informação específicos ou em arquivos físicos, sendo conservados de modo a permitir a identificação dos respetivos titulares apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados, nos termos e de acordo com a legislação em vigor. Nos termos da Portaria n.º 6/2017, de 4 de janeiro, código de classificação 300.50.15, n.º de referência 114, que aprova o Regulamento de Gestão de Documentos da SCML, o prazo de conservação administrativa dos dados pessoais tratados é de 5 anos, findo o qual serão eliminados.

5. Direitos dos titulares dos dados pessoais e contactos do/a Encarregado/a de Proteção de Dados

Poderá solicitar, a todo o tempo, o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como a sua retificação, apagamento, limitação do tratamento, portabilidade, ou oposição ao tratamento, verificadas as condições legalmente previstas. O exercício dos direitos pode ser feito, presencialmente, junto da SCML através dos meios de contacto que, para o efeito, estão publicitados no sítio público de *internet* da SCML. Poderá ainda contactar com o/a Encarregado/a de Proteção de Dados da SCML, preferencialmente através do formulário de contacto existente no site da SCML/Política de Privacidade, ou por via postal, dirigida ao/à Encarregado/a de Proteção de Dados, para a morada Largo Trindade Coelho, 1200-470 LISBOA.

Assiste-lhe, ainda, o direito de apresentar uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) ou a outra autoridade de controlo competente, nos termos da lei, caso entenda que o tratamento dos seus dados pessoais pela SCML não respeita a legislação aplicável.